

36º Encontro Anual da ANPOCS

GT 27: Pensamento Social no Brasil

Trabalho: “Pensando o Brasil:

discurso religioso e prática social segundo Zilda Arns”

Autor: Marcelo Timotheo da Costa

“Pensando o Brasil: discurso religioso e prática social segundo Zilda Arns”

Marcelo Timotheo da Costa¹

I) Introdução

Novembro de 2000. Entre os numerosos inventários realizados ao fim do milênio, a médica e ativista social Zilda Arns Neumann (1934-2010) tornava público o documento “Pastoral da Criança: uma experiência consagrada”.² Nele, sua autora vai além da exposição dos objetivos e resultados até então obtidos pela Pastoral, criada em 1983. Zilda Arns também detalha as razões de seu engajamento pessoal, definindo e proclamando *determinada mística de ação social*, ligando credo privado e intervenção no mundo da experiência.

Conexão entre fé religiosa e atuação pública enraizadas na biografia de Zilda. Filha de Gabriel e Helena Arns, ela nasceu em Forquilha, interior catarinense, em colônia agrícola de imigrantes europeus, universo onde a espiritualidade católica ditava o correr dos dias e consolidava laços comunitários. Tais colônias, espalhadas pelo Sul do Brasil, seriam, ao longo de boa parte do século XX, notável celeiro de vocações sacerdotais (a numerosa família Arns, p. ex., daria à Igreja alguns de seus filhos).

¹ Doutor em História (PUC-Rio).

² Cadernos Adenauer 9: Fé, vida e participação, SP, Fundação Konrad Adenauer, nov/2000, pp. 83-98. *Texto, daqui por diante, indicado, no corpo da presente comunicação, somente pelo número da página em questão.*

Decidida a estudar Medicina, curso realizado na Universidade Federal do Paraná (1954-59), Zilda Arns optou por especializações em Pediatria e Sanitarismo, campos nos quais pode coadunar expertise profissional e militância social, engajamento decorrente de seu cristianismo. Assim, nos anos de formação e na década após a graduação, ela atuou em hospital materno-infantil em Curitiba, sendo também pioneira no atendimento em postos de saúde, na periferia da cidade. Seguiram-se, nos anos 1960-80, trabalhos de educação, saúde e proteção social voltados para as camadas mais empobrecidas: expansão da rede de postos de saúde e “Clubes das Mães”; difusão de programas de incentivo ao aleitamento materno, re-hidratação oral e atenção à higiene bucal; coordenação da campanha de vacinação contra a pólio; entre outras ações. Trabalhos estes que ela executou tanto como funcionária pública estadual, como na coordenação de entidades filantrópicas.

E, na Pastoral da Criança, desde a fundação, é exatamente a referida mística de ação social, espírito visceralmente cristão, que anima trabalho de extensa capilaridade junto aos mais pobres. Operação estrategicamente disposta a meio caminho entre as ações meramente caritativas, tão próprias do catolicismo tradicional, e proposições mais radicais preconizadas pelos teólogos da libertação, que, entre nós, alcançaram inequívoca visibilidade entre meados dos anos 1970 e a década de 1980.

Em suma: Zilda Arns, *em virtude de sua confissão religiosa e como complemento dela*, sente-se instada a intervir entre a parcela mais pobre da população brasileira. E, para tanto, elege via intermediária, equilibrando eclesiologias diversas. Opção pela prudência que viabilizará apoio e múltiplas alianças junto ao dividido universo católico de então. Escolha moderada que, eficaz no urdume de extensa rede de serviço social, logrando mobilizar milhares de voluntários em todas as dioceses brasileiras, revelará também efeitos limitadores na ação desta Pastoral. Atuação que, sem descartar explicitamente a necessidade de diagnóstico mais preciso das causas da desigualdade social em nosso país, deverá ser, em primeiro lugar, terapêutica, emergencial.

II) Em Tempos de Tribulação: a praça pública e a Igreja brasileiras

Organismo de ação social da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), a Pastoral da Criança nasce duplamente marcada pelo signo da crise. O ano era 1983 e tanto o país como a Igreja Católica local, por razões diversas e em graus variados, viviam tempos de incertezas e sombras.

Em termos nacionais, já correndo o terço final do mandato de João Baptista Figueiredo (1979-85), o último dos sucessivos generais que ocuparam a presidência desde o golpe civil-militar de março de 1964, a conjuntura econômica revelava-se particularmente preocupante.

No triênio 1981-83, o Produto Interno Bruto (PIB) declinou 1,6% em média.³ Depressão na esfera produtiva que fez emprego e renda nacionais recuarem, em termos comparativos, mais que o verificado quando da grande crise de 1929.⁴ Situação majorada em gravidade devido à resistência da inflação que, entre 1980 e 1982, atingiu índice anual superior ou muito próximo aos 100%. Em síntese e negando a teoria econômica mais ortodoxa, o desaquecimento do mercado interno não diminuía a alta continuada da carestia. Ao contrário, o país estava diante de fenômeno conhecido por “estagflação”, estagnação econômica combinada com aceleração da dinâmica inflacionária.

Dados os propósitos e também as limitações espaciais deste trabalho, será impossível avançar na discussão do delicado quadro da economia brasileira de

³ Apenas a título de ilustração, entre as causas mais usualmente apontadas para a mencionada crise está o chamado “segundo choque do petróleo”, efeito direto da revolução iraniana de 1979, que desequilibrou ainda mais a já deficitária balança de pagamentos brasileira. Também contribui para a piora da Economia nacional a moratória mexicana de 1982, que reduziu drasticamente o crédito externo para toda a América Latina. Acrescente-se que as medidas governamentais para fazer frente aos tempos de tormenta, ações inspiradas no receituário econômico mais tradicional, diminuindo a emissão monetária e elevando a taxa de juros, provocaram maior depressão da atividade econômica, do emprego e renda.

⁴ Há vasta literatura sobre o assunto, em variados níveis de aprofundamento. Para o rápido registro acima, priorizei os seguintes manuais: LINHARES, Maria Yedda (org.) – *História Geral do Brasil*, RJ, Campus, 1990 e FAUSTO, Boris – *História do Brasil*, Edusp, SP, 1994.

então. *Interessa, nestas linhas, grifar o mais elementar: a deterioração da economia brasileira de então impactou profunda e negativamente a sociedade nacional, tendo efeitos particularmente perversos entre a população de baixa renda.* Parcela da população com menor capacidade de se proteger da inflação. E para quem a já frágil proteção do Estado, em qualquer dos níveis existentes, da Federação aos municípios, mostra-se ainda mais ineficiente, déficit potencializado em conjuntura desfavorável.

A Pastoral da Criança tem como público alvo, exatamente, os mais empobrecidos da nação. Antes de prosseguir, um esclarecimento: não é objetivo destas linhas sugerir associação direta e unilateral entre a crise econômica do início dos anos 1980 e a gênese da Pastoral da Criança. As dificuldades enfrentadas pelo país, sobretudo entre suas camadas populares, tornam tão somente mais necessária a citada Pastoral.

Neste sentido, para os fins desta análise, não basta replicar pensamento teológico que enxerga, na grave crise brasileira, o *kairós* (i.e., “tempo oportuno”) do trabalho social, concebido como “missão”, encabeçado por Arns Neumann. Cumpre observar a história da própria instituição onde tal proposta de intervenção foi acolhida. Isto é, a ação da Pastoral da Criança, em geral, e de sua liderança maior, em particular, são mais bem compreendidas quando se ilumina o particular momento vivido pela Igreja Católica brasileira a partir do final dos anos 1970. Tensa conjuntura a ser abordada nos próximos parágrafos.

Quanto à Igreja Católica do Brasil, os anos 1980 trazem as incertezas advindas de acirramento em conflito interno duradouro, herdado da década anterior. Divisão motivada por razões teológicas e pastorais – e também ideológicas e políticas. E, no período ora analisado, cresce notavelmente a repressão das instâncias doutrinárias romanas àquela que era a mais original (e polêmica) contribuição eclesiológica da América Latina, a Teologia da Libertação. Teologia, a propósito, que contava com numerosos defensores em postos de projeção e poder na Igreja local.

Tome-se o caso de Leonardo Boff, o mais conhecido expoente da Teologia da Libertação brasileira. Na primeira metade dos anos 1980, o então frade franciscano acumulava prestigiosos postos na linha de produção intelectual católica: a cátedra de Teologia Sistemática (no Instituto de Teologia Franciscana, centro de formação que também recebia alunos de outras ordens e leigos); a direção da Vozes, maior editora confessional brasileira; a redação das publicações especializadas *Concilium* (internacional) e *Revista Eclesiástica Brasileira*.

Boff não estava só. Outros alcançaram visibilidade em campos variados: são bons exemplos o jesuíta João Batista Libânio (Teologia Sistemática), o frade carmelita Carlos Mesters (Exegese Bíblica), o sacerdote secular José Oscar Beozzo (História da Igreja na América Latina). Importantes seminários nacionais, como os arquidiocesanos de Olinda e Recife e o de São Paulo, adotaram programas de formação inovadores e progressistas, ancorando-se em contribuições teóricas e pastorais de clara inspiração liberacionista. Durante os anos da ditadura, surgem as Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), redes pastorais com base popular, em áreas urbanas e rurais, onde se unem fé e reivindicação de melhores condições de vida. Segundo os formuladores dessa nascente eclesiologia, em meio às classes populares (e não apenas nas CEBs), encontra-se o espaço privilegiado para a formulação da Teologia da Libertação.

Em sintonia com a nova maneira de pensar a fé e suas conseqüências, alguns membros da hierarquia católica denunciaram, desde os anos mais duros do governo militar, o arbítrio e o modelo econômico vigente (acusado de “anticristão”, por concentrador de renda e de terras). Entre os prelados mais atuantes nesta linha contestadora estavam D. Waldyr Calheiros (bispo de Volta Redonda), D. Adriano Hipólito (Nova Iguaçu), D. Pedro Casaldáliga (Prelazia de São Felix do Araguaia), D. Hélder Câmara (Olinda e Recife) e D. Paulo Evaristo Arns (São Paulo), irmão mais velho de Zilda Arns Neumann.

Na década de 1980, com o passar dos anos, sob o longo pontificado de João Paulo II (1978-2005), personagens e experiências ligados à Teologia da Libertação são postos em xeque. Para Roma, havia o risco de ideologizar a fé,

deturpando-a perigosamente.⁵ Em 1985, Leonardo Boff, depois de processo disciplinar de grande repercussão midiática, é afastado do ensino e da editoria da Vozes, sendo-lhe ordenado período de recolhimento e silêncio.⁶ Ordem que, embora acatada, não impediu o seguimento de conflitos entre o teólogo e a Congregação para Doutrina da Fé, situação que faz Boff abandonar a vida religiosa em 1992. Outros teólogos serão postos sob suspeita, tendo os movimentos tolhidos em intensidade variável. Durante todo o papado de Karol Wojtyła, a escolha de bispos, ponto chave no funcionamento da engrenagem católica romana, será pautada pelo conservadorismo dos novos titulares de dioceses. As CEBs perdem apoio institucional. Seminários são reconduzidos a modelos pedagógicos e eclesiológicos tradicionais (caso de Olinda e Recife, já sob o controle de D. José Cardoso Sobrinho, que substituiu D. Hélder Câmara) ou sofrem intervenção vaticana, como ocorre em São Paulo. A sé paulistana, aliás, será dividida em várias dioceses (em 1989), medida extrema para diluir o impacto da atuação progressista do cardeal Arns.

As principais medidas de contenção ao que Roma via como desvios preocupantes motivados pela eclesiologia de libertação concentram-se na segunda metade dos anos 1980. No entanto, a reação restauradora já havia sido posta em marcha antes disto, sendo discernível, para muitos católicos progressistas, no discurso do papa João Paulo II, na abertura da Conferência Episcopal de Puebla (1979). Tempos tensos que devem ser levados em conta quando se considera o estabelecimento da Pastoral da Criança, seus limites de ação e, paradoxalmente, a recepção muito bem sucedida dessa experiência em centenas de dioceses Brasil afora.

⁵ Em entrevista, datada de meados dos anos 1990, o responsável pela guarda da ortodoxia católica romana, o então Cardeal Joseph Ratzinger, afirma: “Quanto à teologia da libertação [...] Havia o risco de uma politização da fé que a teria impelido para uma partidarização política irresponsável e que teria destruído o que é especificamente religioso.” In RATZINGER, Joseph – *O Sal da Terra: o Cristianismo e a Igreja Católica no século XXI: diálogo com Peter Seewald*, 2ª ed., RJ, Imago, 2005, p. 75.

⁶ A decisão romana foi tornada pública pelo *L'Osservatore Romano*, em 12 de maio de 1985.

III) Por Trás das Palavras

Em primeiro contato, “Pastoral da Criança: uma experiência consagrada” apresenta-se como texto direto e claro. São características essenciais à enumeração das razões fundacionais daquele trabalho social e também, passadas quase duas décadas, ao inventário de suas ações e principais êxitos.

Há mais. Sem prejuízo da nitidez expositiva, Zilda Arns constrói sua argumentação *sugerindo sentidos menos evidentes*. Para tanto, ela forja seu discurso assentando-o em terreno que lhe é bem conhecido: a fé cristã e seu cânone. Assim, bem de acordo com determinada tradição eclesial, nas linhas (e entrelinhas) da comunicação da médica brasileira, *é firmado revelador espelhamento entre texto religioso* (de caráter sacral e inspirador para o fiel) e *a experiência corrente que se quer iluminar* (experiência, não sem propósito, que Arns Neumann define, no subtítulo empregado, por “consagrada”). Recurso retórico, tal espelhamento, que deve ser levado em conta na tentativa de se aprofundar a análise do ideário e atuação da Pastoral da Criança.⁷

Arns Neumann elabora, portanto, seu discurso relacionando passagens do livro fundador do cristianismo ao relato de dada ação pastoral contemporânea, gestada pela fé evangélica. Tal se dá ao longo de todo o texto da médica, em diversos níveis de composição e transparência. Logo na abertura, lê-se o lema

⁷ Vale acrescentar que numerosos especialistas apontam um “efeito espelhamento” na interpretação da canônica judaico-cristã. No caso da teoria literária, ver Erich Auerbach (*Mímesis: a representação da realidade na literatura ocidental*, SP, Perspectiva, 1971, em especial pp. 39-40) e sua celebrada exposição sobre a leitura patrística do Antigo (ou Primeiro) Testamento como prefiguração do Novo (ou Segundo) Testamento, sendo este iluminado por aquele. Já mais recentemente, Daniel Marguierat (*A Primeira História do Cristianismo: os Atos dos Apóstolos*, SP, Paulus/Loyola, 2003, p. 249) encontrou relação semelhante entre as figuras do Jesus evangélico e a do Paulo registrado no livro dos Atos. Neste último, para Marguierat, a atuação do “apóstolo dos gentios” deve ser lida em cotejo com o que relatam os Evangelhos acerca de Jesus Cristo. Saíndo da relação texto-texto: ao menos desde os tempos modernos, gerações de pregadores enfatizaram que a vida dos crentes poderia ser compreendida com ajuda da leitura contumaz da Bíblia. Prevalente, por séculos, nos domínios reformados, tal proposição ganhou força entre católicos romanos de tendências mais díspares, sendo especialmente cara aos círculos bíblicos ligados à Teologia da Libertação. Para ilustrar este último ponto, confira a contribuição do frade carmelita e exegeta, ligado à Teologia da Libertação, Carlos Mesters, que sustenta ser a Bíblia “espelho” dos cristãos em busca da correta leitura de seus cotidianos (ponto quase onipresente nos livros de Mesters. Ver, p. ex., uma de suas obras mais difundidas, *Deus, onde estás?*, 14ª ed., Petrópolis, Vozes, 2008, 1ª ed. de 1970).

da Pastoral da Criança: “Vida para todos”. Ecoa, aqui, sem menção explícita, das mais citadas passagens joaninas (“Eu vim para que tenham vida, e a tenham em abundância.”, Jo 10,10), trecho que irá reaparecer no final do texto de Zilda Arns (desta vez, citado literalmente), conferindo lógica circular a sua mensagem.

Bem mais claro (ainda que haja desdobramentos ocultos) é o registro do método de trabalho eleito pela Pastoral da Criança, *modus operandi* igualmente pavimentado na memória compartilhada pelos crentes. Concebida como *comunitária* (volto a este ponto adiante), a metodologia de ação desta Pastoral inspira-se no relato evangélico conhecido por “milagre da multiplicação dos pães e peixes”. Zilda Arns não informa, mas trata-se do único milagre atribuído a Jesus descrito por todos os quatro evangelistas (e Marcos e Mateus o narram duas vezes!).⁸ Inédita recorrência que confere especial significado e força evocativa ao episódio. Evento, acreditado e lido pela fé, feito paradigma dos fiéis, que vai se tornar o alicerce sobre o qual Arns Neumann erigirá sua proposta de ação. Trecho que, por importante, deve ser discutido com mais atenção.

Antes, observe-se que não se tenciona invadir área própria da Teologia ou enveredar por considerações exegéticas. Deseja-se, na presente análise, demonstrar como universo de crença específico, no caso o cristão, informou e impulsionou a ação de determinados agentes sociais vinculados à mencionada fé. Agentes reunidos, mobilizados e apoiados pela Igreja Católica (e que também têm suas ações limitadas por essa vinculação institucional). Grupo de atores cuja militância foi motivada e modelada pela recordação do trecho evangélico acima escolhido por Zilda Arns. Relato, bem a propósito, conhecido, na tradição eclesial, por “A alimentação da multidão”. Afinal, o público alvo da Pastoral coordenada por Zilda Arns, crianças empobrecidas ou relegadas à miséria, não constituía, em termos nacionais, imensa multidão?

⁸ Zilda Arns elege a versão encontrada no Evangelho de João, mesmo livro no qual se inspirou para cunhar a já citada frase “Vida para todos”. A repetição da escolha joanina, ver-se-á mais adiante, não é casual. Para erudita discussão sobre as versões do episódio bíblico em questão, ver MEIER, John – *Um Judeu Marginal: repensando o Jesus histórico*, RJ, Imago, 1998, Vol. 2, Livro 3, pp. 520-540.

Diante do desafio, em harmonia com a fé professada, Zilda Arns, como anunciado acima, recorre à letra do Evangelho, à narração da multiplicação de pães e peixes. Mais que isso, recorre ao *espírito do cânon*: o segredo do sucesso – ou, para os religiosos, do “milagre” –, afirma ela, estaria na “metodologia comunitária” que conduziu a ação no episódio milenar (p. 85).⁹ A divisão da multidão em pequenos grupos teria possibilitado não apenas a distribuição dos poucos pães e peixes até então contabilizados. Iniciada por Jesus, a fração daqueles víveres fora apelo e estímulo para que demais pessoas da multidão partilhassem, entre desconhecidos, outros alimentos que haviam trazido para ali, para consumo próprio ou familiar. Tal interpretação, aqui resumida, é mais sugerida que detalhada pela coordenadora da Pastoral da Criança.¹⁰ Ela se reporta, sem dizê-lo, à conhecida exegese em alguns círculos católicos – popular, inclusive, em grupos de estudo bíblico inspirados pela Teologia da Libertação.¹¹

Mantém-se o caráter exemplar da narração sacra, porém *há notável deslocamento* – de ênfase e interpretação – *em sua mensagem*. A referência ao *maravilhoso*, constituinte básico da crença em milagres, é *diluída*. A exegese abraçada pela pediatra e militante cristã *acentua a necessidade e importância do trabalho comunitário*. Assim é *exaltado (e, pela utilização do texto bíblico, sacralizado) o esforço comunal em torno de objetivo repartido*. Operação que possibilita a Arns Neumann classificar de “missão” o esforço a ser empreendido por ela e todos os envolvidos na Pastoral da Criança.

Missão, idéia tão antiga e significativa entre os fiéis, que amalgamou o trabalho apologético e também a intervenção caritativa das nascentes comunidades cristãs. Alusão aos tempos primordiais da fé que permite outro movimento: compreender o papel da Pastoral da Criança como urgente para a

⁹ Proposição replicada em *Depoimentos Brasileiros: Zilda Arns Neumann*, Belo Horizonte, Ed. Leitura, 2003, pp. 65-67.

¹⁰ Novamente, Zilda Arns opera de acordo com estilo narrativo tradicional cristão. A mensagem tem seu sentido primário apenas apontado. Como é óbvio, maior aprofundamento na compreensão do discurso e de suas múltiplas referências irá depender da familiaridade do ouvinte (no caso, o leitor) com o universo em questão.

¹¹ A este propósito, ver, p. ex., FREI BETTO [Carlos Alberto Libânio Christo] – *Fidel e a Religião*, SP, 1985, pp. 73-75. Consultei a sétima edição.

transformação de dura realidade. Aqui, novamente, percebe-se o eco do evangelista eleito por Zilda Arns. Em linguagem joanina, o mundo dos homens é retratado como lugar da desolação e do sofrimento.¹² Urgia, pois, para a cristã Zilda Arns, arregimentar voluntários (i. e., missionários) para transformar (ou, sob as lentes da fé, “transfigurar”) esta realidade.

E, como já foi sobremaneira frisado, a pediatra e ativista coloca-se em disponibilidade estimulada pela fé. A abertura de “Pastoral da Criança: uma experiência consagrada” não poderia ser mais sintética e clara a este respeito: “A mística cristã sempre foi o motor propulsor do trabalho”.

A imagem é duplamente oportuna na economia discursiva de Arns Neumann. Em primeiro lugar, a referência à fonte de energia (“motor propulsor”, espécie de dínamo, aparelho que gera corrente contínua de força) resume, de forma eficaz, a convocação à ação coletiva e comunitária, o chamado à formação de “redes de solidariedade humana” (p. 86). Rede, estrutura onde a Pastoral da Criança projetou ter suas fundações, privilegiando a iniciativa comunal, em sintonia com a também já mencionada interpretação proposta por Zilda Arns sobre o milagre da multiplicação de pães e peixes. E, em adição, a própria idéia do evento maravilhoso permite ir além no entendimento da fé como fonte de energia mobilizadora. Afinal, é do conhecimento do fiel medianamente familiarizado com o mundo bíblico que a palavra *milagre* vem do grego *dynameis*, “feitos poderosos”, eventos reveladores de força e potência.¹³ Força e potência que, seguindo o raciocínio de fé ora exposto, deveriam ser despertadas e canalizadas para transfigurar o mundo. Operação que permitirá ao fiel reformular a leitura do mundo como decaído, interpretação registrada anteriormente. Operação que faz lembrar a reabilitação do século promovida,

¹² Conforme lembram muitos especialistas, o mundo, na visão do autor do Evangelho atribuído a João, é lugar de corrupção e sofrimento. Interpretação que deitará raízes no cristianismo, de modo especial na reflexão de Agostinho e, posteriormente, no pensamento de Martinho Lutero (que, a propósito, foi monge agostiniano) e de outros reformadores.

¹³ D. Paulo Evaristo Arns, irmão e interlocutor freqüente de Zilda (foi ele que repassou à médica o pedido da UNICEF para que a Igreja tivesse papel ativo na luta contra a desnutrição), teve esmerada formação exegética, sendo fluente no grego bíblico. É, portanto, mais que provável que Zilda Arns conhecesse a referida etimologia.

originalmente, pelo pensamento franciscano (tradição a qual se filiaram dois irmãos de Zilda, os frades João Crisóstomo e Paulo Evaristo).¹⁴

IV) Fé e Obras (em mutirão): o caminho do meio

A Pastoral da Criança se notabilizou nacionalmente pela divulgação e utilização do “soro caseiro”, solução aquosa de sal e açúcar ministrada, em caráter emergencial, em crianças com desnutrição (causada por diarreias e, menos freqüentemente, pelo calor). Entretanto, a Pastoral da Criança tem objetivos mais amplos: “desenvolv[er] ações básicas de saúde, nutrição, educação e cidadania junto a gestantes e crianças menores de seis anos, dentro do contexto familiar nos bolsões de pobreza e miséria.” (p. 83) Finalidade, aliás, repetida ao menos mais duas vezes ao longo do texto em análise (ver pp. 90 e 94).

Para observar a citada destinação, a Pastoral, nas palavras de Arns Neumann, deve ser *primariamente caritativa* (p. 85). Sem dúvida, é reproduzida aqui a antiga formulação das chamadas “virtudes teológicas”: Fé, Esperança e Caridade. Virtudes hierarquizadas – de acordo com a tradição cristã, à última deve ser conferida maior importância.¹⁵

Máxima esta que inspirou o apostolado social católico por séculos, no Brasil e fora dele. Linha de trabalho entendida como necessária, porém por demais conservadora, insuficiente e pouco eficaz pelo catolicismo progressista. Foi o caso, p. ex., da Juventude Estudantil Católica (JEC) e da Juventude Universitária Católica (JUC), entre o final dos anos 1950 e meados da década

¹⁴ Para a visão franciscana do mundo criado e a reabilitação da matéria conduzida pelas ordens mendicantes durante a Baixa Idade Média, ver DUBY, Georges – *O Tempo das Catedrais: a arte e a sociedade (980-1420)*, Lisboa, Estampa, 1979, ir especialmente às pp. 97-184.

¹⁵ Tradição firmada em Paulo (cf., p. ex., em Cor 1,13) e, posteriormente, em texto de Agostinho (*Enchiridion de fide, spe et caritate*).

seguinte.¹⁶ E, sobretudo, é o caso dos partidários da Teologia da Libertação latino-americana, a partir de fins dos anos 1960.

Estes últimos agudizam o viés crítico do discurso católico reformador a eles precedente, enfatizando a denúncia do *status quo*, atitude justificada como conseqüência da fé cristã. Segundo os formuladores da citada eclesiologia, estaria em jogo a “libertação integral” do homem e do corpo social. Para tanto, os cristãos latino-americanos e terceiro-mundistas deveriam conduzir “processo de libertação das opressões históricas de ordem econômica, política, cultural e religiosa.”¹⁷ Urgiria, portanto, de acordo com as mesmas vozes, opor censura radical ao sistema capitalista, classificado como “pecaminoso” e “anti-evangélico”.¹⁸

Como adiantado na introdução, a Pastoral da Criança elegeu linha de ação prudencial. O caminho intermediário. Se ela não replica a atuação caritativa tradicional católica, tampouco abraça o tom contestador da Teologia da Libertação. Afinal, a tarefa de assistência à infância em risco (e a seus familiares) demandava a adesão de milhares de voluntários (em 1990, a Pastoral da Criança contava com 150 mil voluntários – dentre eles, quase 130 mil líderes comunitários). E, ponto de crucial importância, era imprescindível o apoio logístico do episcopado nacional, não obstante a linha pastoral e as convicções teológicas e políticas de cada bispo particular. Objetivo integralmente cumprido: em 2000, a Pastoral está presente em cada diocese e prelazia brasileira.

¹⁶ Para algum detalhamento sobre a dita “militância católica especializada” dos anos 1950 e 1960, ver COSTA, Marcelo Timotheo da – “Operação Cavalo de Tróia: a Ação Católica Brasileira e as experiências das JEC e JUC” in FERREIRA, Jorge; AARÃO REIS, Daniel (org.) – *As Esquerdas no Brasil. Nacionalismo e reformismo radical (1945-1964)*, RJ, Civilização Brasileira, 2007, v. 2, pp. 433-450.

¹⁷ Para ambas as citações cf. in BOFF, Leonardo – *O Caminhar da Igreja com os Oprimidos*, 2ª ed., Petrópolis, Vozes, 1998 (1ª edição de 1980), p. 361.

¹⁸ Ponto muito repetido no discurso dos filiados à Teologia da Libertação e que não será possível desenvolver nestas linhas. Entre a bibliografia sobre o tema, reunindo obras com desiguais níveis de aprofundamento, destaco o ótimo texto introdutório de João Batista Libânio: *Teologia da Libertação: roteiro didático para um estudo* (SP, Loyola, 1987).

Apropriando-me de vocabulário bem característico do universo cristão, referencial basilar para Zilda Arns e seus colaboradores: a “missão” não admitia sectarismos. Estratégia ainda mais compreensível quando se recorda o período no qual a Pastoral da Criança foi constituída, os tensos anos 1980, tempo de pronunciada polarização nas hostes católicas brasileiras.¹⁹

Há, em “Pastoral da Criança: uma experiência consagrada”, trecho especialmente revelador sobre a necessidade de somar aliados e voluntários país afora. Nele, o trabalho a ser executado é definido como “ecumênico e sem preconceitos” (p. 85). Ecoa, aqui, sem dúvida, o espírito do *aggiornamento* proclamado pelo Concílio Vaticano II (1962-65). E o apelo à tolerância firmado pela fundadora da Pastoral da Criança tem vários destinos. Em primeiro lugar e de forma mais evidente, diz respeito às relações entre fiéis cristãos, reforçando iniciativas de cooperação existentes entre católicos e protestantes históricos. Bom exemplo é o caso da aproximação entre católicos progressistas e cristãos reformados, notadamente luteranos e anglicanos liberais, em campanhas pelos direitos humanos e a reforma agrária, aliança bem perceptível já nas décadas de 1970 e 1980. A profissão de fé no ecumenismo realizada por Zilda Arns constitui, por outro lado, velada resposta à (cada vez mais) iracunda campanha anti-católica neopentecostal, verificável sobretudo entre pastores e membros da IURD, de Edir Macedo. E, por fim, ao reforçar a crença no diálogo extra-muros, Zilda Arns aponta para além do desejo ecumênico inter-confessional. Creio que, nas entrelinhas do elogio à pluralidade religiosa, Arns Neumann, em época de tormenta em sua igreja de origem, dirige mensagem ao público intramuros: a otimização do trabalho social requeria igualmente tolerância para com as (muitas vezes) consideráveis diferenças elcesiológicas internas.²⁰

¹⁹ Em termos de Teologia Moral, igualmente área de contenda entre católicos (embora com menos virulência do que ocorre em outras searas), percebe-se a mesma intenção de não criar cisões. Assim, Zilda Arns reitera os ensinamentos tradicionais do magistério eclesial quanto ao controle natural de natalidade (p. 91). A condenação ao aborto, posicionamento que – salvo algumas exceções e em casos particulares – é bem consolidado entre os fiéis, também é reafirmada (pp. 86 e 88).

²⁰ A tarefa de controlar tensões intra-muros católicos foi bastante bem sucedida, sendo a Pastoral da Criança reconhecida e elogiada amplamente, desde grupos carismáticos à partidários da Teologia da Libertação. Contudo, como se poderia esperar, vozes de descontentamento se levantaram em outros setores. Para uma contundente crítica da Pastoral, vista, em última instância, como adversária da causa de emancipação da mulher, ver ANJOS,

Apesar do cuidado em não criar celeuma ou acirrar divergências entre os fiéis, divisa-se, na exposição de Zilda Arns, incitamento moderado à mobilização política (não-partidária) popular. Convocação que tem por alvo as comunidades atendidas pela Pastoral.

Neste sentido, já no terceiro parágrafo de seu texto, Zilda Arns escreve que a “Pastoral da Criança luta também [...] pela participação comunitária no controle social das políticas públicas básicas para a construção da cidadania nas áreas de maior pobreza.” (p. 84) Reivindicação por controle social da gestão pública que, no bojo da redemocratização brasileira, ganhava projeção no cenário político nacional, vindo a ser encampada pela Constituição Federal de 1988 (vide, para o caso da Saúde, seu artigo 198).

Nesta clave, Zilda Arns faz menção à necessidade de organização de demandas das populações carentes, para que estas tenham voz ativa na implementação e supervisão dos programas públicos a elas destinados. Refiro-me ao trecho onde são enunciadas as “ações complementares” desta Pastoral, entre as quais a “participação no controle social, comunicação e mobilização social” (ver às pp. 90-91). Incentivo ao engajamento coletivo e à formação de lideranças comunitárias que, esclarece Arns Neumann, deverá desaguar nos conselhos municipais e estaduais onde a gestão dos serviços assistenciais públicos é debatida. Para a médica pediatra, deve ser fiscalizado, em especial, o repasse de verbas e a aprovação de convênios na área da saúde. Ela menciona em acréscimo, ainda que brevemente, a necessidade de mecanismos que controlem o funcionamento da própria Pastoral da Criança (cf. pp. 92-93).

Em suma, ligado e em adição à ação caritativa, prioritária a qualquer outra, deve ser estimulada a “co-responsabilidade social” entre a população atendida pela Pastoral da Criança. Assim, fomentar-se-ia, para Zilda Arns, “a capacidade de melhorar o tecido social” (p. 89). Mais à frente, o chamado à co-

Gabriele dos – “Maternidade, cuidados do corpo e ‘civilização’ na Pastoral da Criança” in Revista Estudos Feministas, Florianópolis, jan-abril de 2007, pp. 28-44. Enfoque crítico que parece esperar da citada Pastoral e de Zilda Arns algo que jamais esteve em questão para o organismo e sua coordenadora, seja por razões de filiação religiosa, seja devido à polarizada conjuntura eclesial católica já exposta nestas linhas.

responsabilidade coletiva é ratificado, estando ela associada à luta pela justiça social (ver p. 94).

Fica confirmado, pelo acima disposto, que a Pastoral da Criança coloca-se em posição intermediária entre modelos diversos de atuação católica. Diferencia-se do tradicional enfoque caritativo, calçado em obras pias e de benemerência, obras que, por séculos e sob muitas roupagens, crismaram a presença cristã entre os mais pobres. Diferencia-se a mencionada Pastoral, por outro lado, de propostas eclesiológicas mais recentes e controversas. Aquelas que, defendidas pelo progressismo católico, sob títulos distintos, partiram de determinada leitura da fé cristã para advogar engajamento político mais radical.²¹

Cumprе acrescentar que a Pastoral da Criança empenha-se em ações diversas daquelas antes aqui abordadas – isto é, os aludidos combate à desnutrição infantil e o trabalho de identificação e capacitação de líderes nas comunidades. Trata-se de não olvidar proposições outras, situadas entre os extremos já contemplados (intervenção caritativa emergencial e formação de lideranças nas comunidades). Neste rol de iniciativas, Zilda Arns enumera (pp. 87-91): vigilância nutricional; orientações aos pais quanto aos primeiros seis anos de vida da criança e quanto a hábitos de higiene; desenvolvimento da fitoterapia e valorização de receitas e plantas regionais; campanhas de prevenção de acidentes domésticos e da violência familiar; alfabetização de adultos e incentivo à geração de renda nas famílias; mobilização contra o desemprego e a fome.

V) Conclusão

²¹ Para levantamento sucinto e feliz sobre as transformações do catolicismo brasileiro, no século XX, ver LÖWY, Michael – *A Guerra dos Deuses: religião e política na América Latina*, Petrópolis, Vozes, 2000. Cf., especialmente, sua seção final, “O Vermelho e o Negro”.

Ao finalizar, recordo, por uma última vez, a conjuntura brasileira e eclesial à época da gênese da Pastoral da Criança. No primeiro caso, como dito acima, foram tempos de acentuada crise econômica e social. Em relação ao segundo, houve não menos tensão e incertezas.

Lembrança que tem por propósito voltar os olhos à expressão utilizada por Zilda Arns para classificar a Pastoral da Criança: “uma experiência consagrada”.

Quanto à idéia de consagração, já foi sobremaneira indicada, no discurso de Arns Neumann, a ligação direta entre crença religiosa e desempenho na praça pública. Conexão que permitiu à pediatra, pela ótica da fé – *fé engajada* –, elevar e sacralizar o trabalho que se propôs liderar.

Observe-se, agora, o conceito de *experiência* – igualmente adotado no subtítulo do texto em debate.

Com raízes na cultura clássica, vindo do grego *empería* e do latim *experientia*, esse conceito vincula-se à idéia de viagem, com especial ênfase ao ato de atravessar lugares perigosos, como rochedos marítimos, ou de difícil acesso, como trilhas entre montanhas. Portanto, *movimentar-se* (daí a partícula *ex*, “sair de”) *com perícia* (do verbo *periri*, “tentar” e também “correr perigo”).²²

Em delicado quadro nacional e eclesial, Zilda Arns pôs em marcha organismo social atuante em todo o Brasil, congregando milhares de agentes. Mutirão confessional que, relacionado à CNBB, solicitou a contribuição de fiéis de outras tradições e procedências. Confecção de vasta rede que, por plural, e para não se romper, determina a prevalência de prudente linha de ação. Assim, a Pastoral da Criança objetiva, primariamente, o socorro emergencial aos mais miseráveis. Via caritativa que não anula o incentivo (não exaltado) à organização popular na luta por melhores condições de vida.

Uma consagrada experiência – conduzida por determinada leitura de fé e perícia na ação. Somam-se contemplação interior e atuação no mundo. *Agregação que possibilita a Zilda Arns pensar duplamente o Brasil. Refletir sobre o país e suas misérias, sempre tendo como referencial o credo religioso*

²² Para a análise semântica, ver BOFF, Leonardo – *Graça e Experiência Humana*, 5^a ed., Petrópolis, Vozes, 1998, pp. 61-67.

cultivado desde a infância, na colônia agrícola. E, uma vez chegando ao diagnóstico (o termo médico não é, em absoluto, escolha aleatória aqui) que lhe pareceu pertinente, Arns Neumann tentou *aplicar penso ao país*, buscando, na medida do que lhe era praticável, cicatrizar suas chagas sociais. Destas, a desnutrição infantil se lhe afigurou a mais escandalosa (no sentido bíblico do termo) e a que demandava tratamento mais urgente. Diga-se que a idéia de um penso, um curativo, também é válida para ilustrar o movimento primário da Pastoral da Criança, conforme descrito acima: ação emergencial para salvar vidas (ficando, em segundo plano, a discussão das causas profundas da desigualdade social brasileira).

Uma consagrada experiência. Específica leitura de fé somada à perícia. Agregação que Zilda Arns vê oportuna para colocar-se a caminho. Vale, de novo e por fim, atentar ao referencial religioso com tanta intensidade presente no discurso de nossa personagem. À Pastoral da Criança, por tudo que escreveu sua fundadora e primeira coordenadora no documento aqui analisado, caberia lançar *nova pedra fundamental* da militância cristã entre os mais desvalidos. Programa, aliás, cuja implantação ela começava no Haiti, quando de sua trágica morte, em janeiro de 2010, em Porto Príncipe. Afinal, para crentes como Zilda Arns Neumann, tratava-se de lançar, tanto em nosso país como fora dele, a pedra angular do Reino entre os homens.

Referências Bibliográficas

ABREU, Marcelo de Paiva (org.) – *A Ordem do Progresso: cem anos de política econômica republicana (1889-1989)*, RJ, Elsevier, 1990

ANJOS, Gabriele dos – “Maternidade, cuidados do corpo e ‘civilização’ na Pastoral da Criança” in *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, jan-abril de 2007, pp. 28-44

ARENDDT, Hannah – *Homens em Tempos Sombrios*, SP, Cia das Letras, 1987

ARNS, Paulo Evaristo – *Da Esperança à Utopia: testemunho de uma vida*, RJ, Sextante, 2001

ARNS NEUMANN, Zilda – “Pastoral da Criança: uma experiência consagrada” in *Cadernos Adenauer 9: Fé, vida e participação*, SP, Fundação Konrad Adenauer, novembro 2000

_____ – *Zilda Arns Neumann: ela criou uma rede de solidariedade que salva centenas e milhares de crianças brasileiras*, Belo Horizonte, Ed. Leitura, 2003, Col. “Depoimentos Brasileiros”

AUERBACH, Erich – *Mímesis: a representação da realidade na literatura ocidental*, SP, Perspectiva, 1971

BENZ, Ernst – *Descrição do Cristianismo*, Petrópolis, Vozes, 1995

BOFF, Leonardo – *O Caminhar da Igreja com os Oprimidos*, 2ª ed., Petrópolis, Vozes, 1998 (1ª edição de 1980)

_____ – *Graça e Experiência Humana*, 5ª ed., Petrópolis, Vozes, 1998 (1ª edição de 1976)

COMBLIN, Joseph – “What Sort of Service Might Theology Render?” in GIBELLINI, Rosino (ed.) – *Frontiers of Theology in Latin America*, Maryknoll, Orbis Books, 1979, pp. 58-78

COSTA, Marcelo Timotheo da – “BRAZIL” in PATTE, Daniel (ed.) – *The Cambridge Dictionary of Christianity*, Cambridge, Cambridge University Press, 2010

_____ – “Operação Cavalo de Tróia: a Ação Católica Brasileira e as experiências das JEC e JUC” in FERREIRA, Jorge; AARÃO REIS, Daniel (org.) – *As Esquerdas no Brasil. Nacionalismo e reformismo radical (1945-1964)*, RJ, Civilização Brasileira, 2007, v. 2

_____ – *Um Itinerário no Século: mudança, disciplina e ação em Alceu Amoroso Lima*, SP/RJ, Loyola/PUC-Rio, 2006

DUBY, Georges – *O Tempo das Catedrais: a arte e a sociedade (980-1420)*, Lisboa, Estampa, 1979

FAUSTO, Boris – *História do Brasil*, Edusp, SP, 1994

FREI BETTO [Carlos Alberto Libânio Christo] – *Fidel e a Religião*, 7ª ed., SP, 1985

GEBARA, Ivone & BINGEMER, Maria Clara – *Maria, Mãe de Deus e Mãe dos Pobres: um ensaio a partir da mulher e da América Latina*, Petrópolis, Voes, 1994

KERMODE, Frank – *The Genesis of Secrecy: on the interpretation of narrative*, Cambridge/Londres, Harvard University Press, 1979

KOTSCHO, Ricardo et al. – *Viagem ao Coração do Brasil*, SP, Scritta, 1994

LIBÂNIO, João B. – *Teologia da Libertação: roteiro didático para um estudo*, SP, Loyola, 1987

_____ – *A Volta à Grande Disciplina*, 2ª ed., SP, Loyola, 1984

LINHARES, Maria Yedda (org.) – *História Geral do Brasil*, RJ, Campus, 1990

LÖWY, Michael – *A Guerra dos Deuses: religião e política na América Latina*, Petrópolis, Vozes, 2000

MAINWARING, Scott – *Igreja Católica e Política no Brasil (1916-1985)*, SP, Brasiliense, 1989

MARGUIERAT, Daniel – *A Primeira História do Cristianismo: os Atos dos Apóstolos*, SP, Paulus/Loyola, 2003

MEIER, John – *Um Judeu Marginal: repensando o Jesus histórico*, RJ, Imago, 1998, Volume 2, Livro 3

MESTERS, Carlos – *Deus, onde estás?*, 14ª ed., Petrópolis, Vozes, 2008 (1ª edição de 1970)

PASTORAL DA CRIANÇA, *Guia do Líder da Pastoral da Criança*, Curitiba, 2000

RATZINGER, Joseph – *O Sal da Terra: o Cristianismo e a Igreja Católica no século XXI: diálogo com Peter Seewald*, 2ª ed., RJ, Imago, 2005

SERBIN, Kenneth – *Padres, Celibato e Conflito Social: uma história da Igreja Católica no Brasil*, SP, Cia das Letras, 2008